

A idéia da mais-valia

Para quem se interessa pela filosofia econômica de Marx, ou mesmo pela relação entre filosofia e economia, a idéia da mais-valia é central.

De fato, é a teoria da mais-valia que permite opor a realidade do capitalismo à representação que dela se dão os capitalistas. Pois bem, essa oposição entre a realidade e a tomada de consciência é a idéia filosófica vinda do pensamento da juventude que domina ainda *O capital* e lhe abre lugar no conjunto da empreitada intelectual de Marx.

Por outro lado, é também a teoria da mais-valia que permite ligar uma à outra a teoria econômica e a história; é ela que permite dar uma definição economicamente rigorosa das relações de produção. As relações de produção, com efeito, são caracterizadas basicamente pela relação que existe entre o detentor dos meios de produção e os trabalhadores, quer dizer, pelas diferentes modalidades da mais-valia e da apropriação da mais-valia através da história. Assim, então, é ainda a teoria da mais-valia que permite que se ponha em seu lugar o capitalismo, na história dos regimes econômicos, e, por conseguinte, ligar a análise econômica de um regime, entre outros, à história universal dos regimes econômicos. Uma das fórmulas possíveis da visão histórica global de Marx seria, então, esta: o que dominou toda a história humana, desde o fim da comunidade primitiva, foi a apropriação por uma minoria da mais-valia fornecida pelo trabalho humano. Portanto, é a modalidade da apropriação da mais-valia que caracteriza cada regime econômico. A modalidade característica do capitalismo, como vimos, é o salariado, modalidade ao mesmo tempo mais acentuada e menos visível, já que, na apropriação da mais-valia, em regime capitalista tudo se passa aparentemente dentro da liberdade e da igualdade. Dentro da liberdade porque o trabalhador está livre para vender ou não sua força de trabalho no mercado. Dentro da igualdade porque ele vende

efetivamente sua força de trabalho por seu valor, isto é, pelo valor das mercadorias necessárias para o sustento da vida do operário e de sua família.

Por último, é a teoria da mais-valia que serve como fundamento para o conjunto da construção teórica de Marx, pois o regime capitalista só funciona na medida em que gera mais-valia, e são as variações da taxa de mais-valia e da taxa de lucro que determinam provavelmente os ciclos no interior do capitalismo e, em todo caso, que determinam a evolução irreversível do capitalismo em direção a sua própria destruição.

Insisti quanto a essa significação maior da teoria da mais-valia porque ela se evidencia em uma certa maneira de se ler e de se interrogar *O capital*. Ela fica evidente na interrogação filosófica de Marx à teoria econômica. No entanto, para um puro economista, por exemplo para uma discípula de Keynes como Joan Robinson¹, tem-se perfeitamente o direito de considerar que a teoria da mais-valia tal como a expus tem apenas um papel secundário na análise teórica da economia. Pode-se considerar tratar-se somente de uma maneira um tanto curiosa de designar o que se chama hoje de "valor adicionado".

Para compreender o que significa esse conceito de "valor adicionado", basta considerar uma empresa, digamos a Renault, que fabrica automóveis. Para fabricá-los, ela é obrigada a comprar máquinas, aço, diversos tipos de matéria-prima, procedendo, então, a um conjunto de compras de outras empresas. Por outro lado, a empresa Renault precisa comprar, para falar em termos marxistas, força de trabalho, isto é, pagar salários a um determinado número de operários. O conjunto das despesas de produção da Renault é constituído pelas compras àquelas outras empresas e pelos salários. É o que Marx chama de capital constante e de capital variável. As usinas Renault, a cada dia, produzem um certo número de automóveis. O valor desses automóveis é superior ao total das compras feitas pela Renault às outras empresas, somado aos salários pagos. A diferença entre as despesas de produção da empresa considerada e o valor das mercadorias que esta empresa coloca no mercado mede o valor adicionado². Se não houvesse diferença, a empresa não poderia funcionar, porque faliria. A chamada taxa sobre o valor adicionado é um imposto que incide somente sobre a diferença entre as despesas efetuadas pela empresa e o valor final da produção. Pode-se dizer que a teoria marxista da mais-valia é apenas uma maneira especial de designar o que hoje chamamos valor adicionado. Essa maneira especial refere-se simplesmente a esse suplemento, o valor adicionado, que, segundo a análise marxista, é tirado apenas dos salários em vez de

ser o resultado global do conjunto dos meios de produção organizada. Traduzindo como valor adicionado a mais-valia, entra-se na conceituação contábil da economia moderna, e pode-se retomar toda uma parte das análises marxistas, fazendo abstração daquilo que mais interessava a Marx, ou seja, a idéia segundo a qual a mais-valia (ou valor adicionado) em uma empresa vem unicamente do capital variável, isto é, unicamente do trabalho humano, e é tirada exclusivamente dos salários. Esses salários são justos segundo a lei do valor-trabalho, justos em um regime em que a força de trabalho é uma mercadoria. A partir daí, temos toda a filosofia de Marx. Ou seja, a teoria da mais-valia, que é fundamental para uma interpretação filosófica do pensamento marxista, pode ser considerada secundária em uma leitura estritamente econômica de *O capital* feita nos dias de hoje por uma discípula de Keynes como Joan Robinson.

Mas, por enquanto, guardemos a interpretação da economia marxista à luz da filosofia de Marx ou, ainda, da compreensão das implicações econômicas da filosofia de Marx. Por isso, continuarei, muito legitimamente, a tomar como centro a análise da teoria da mais-valia, apesar do que possa pensar um economista profissional de hoje.

Diga-se entre parênteses: é bom ver que um autor pode ainda ser lido de duas maneiras um século mais tarde. Uma leitura pode ser feita com relação ao que parecia essencial a esse autor; é a leitura que tento aqui, não procurando sugerir o que é essencial no pensamento de Marx, para nós, mas o que Marx, na época em que viveu e pensou, considerava essencial. Outro método de interrogação, que não é ilegítimo se for claramente reconhecido, consiste em interrogar um autor do passado com relação ao que nós, hoje, consideramos fundamental em sua obra.

Mostrei como a teoria econômica da mais-valia se transforma em uma sociologia do desenvolvimento do capitalismo. Com efeito, cooperação, manufatura, divisão do trabalho, maquinismo se tornam, em *O capital*, processos sucessivamente empregados pelos capitalistas para aumentar a mais-valia relativa. Esses processos são ao mesmo tempo etapas sucessivas do desenvolvimento técnico-econômico do regime capitalista. Colocado o mecanismo da mais-valia, Marx analisa de uma maneira que hoje chamaríamos de sociológica as transformações incessantes da economia, e acentua uma característica maior do regime econômico capitalista, que permanece verdadeiro hoje como era um século atrás, ou seja, a alteração incessante das condições de produção, o renovamento incessante das máquinas e da organi-

zação do trabalho. Marx simplesmente pega essa característica do regime capitalista, da luta pela mais-valia relativa, que, aliás, é uma explicação parcialmente verdadeira, e tenta ao mesmo tempo mostrar que no regime capitalista essa alteração incessante das condições de produção se dá em detrimento dos operários pelo fato de se lançar perpetuamente no mercado de trabalho um excedente de trabalhadores que não encontram emprego e que, em consequência, sustenta-se, permanentemente, um exército de reserva industrial.

O EXÉRCITO DE RESERVA

Passo a citar uma passagem que se encontra no livro I de *O Capital*. Essa passagem foi tirada de um capítulo intitulado "A lei geral da acumulação capitalista". Encontra-se aí uma das idéias maiores de Marx, pois o paradoxo de *O Capital*, para o leitor contemporâneo, é a combinação da análise mais penetrante feita no século XIX da transformação das condições de produção e do aumento da produtividade, enquanto fator maior do regime econômico moderno, com um pessimismo radical quanto às conseqüências humanas desse fenômeno. Em outras palavras, diria que, em forma caricatural, o otimismo de hoje pode ser deduzido da análise do capitalismo por Marx. Porém Marx tira de sua análise das transformações técnicas do capitalismo as condições e conseqüências exatamente opostas das que tira um otimista como Jean Fourastié³ ou um semi-otimista como eu próprio. Tal paradoxo, que pede explicação, se encontra aí.

Por que, a partir de tal compreensão do mecanismo de acumulação capitalista e do crescimento econômico, Marx chega a conseqüências pessimistas? Será à custa da própria lógica de seu sistema? Que lógica é essa? São as questões que gostaria de debater a propósito dessa interpretação do capitalismo por Marx.

Eis o texto:

"O exército industrial de reserva será mais numeroso na medida da riqueza social, do capital empregado, da extensão e da energia de seu crescimento; à medida, então, que a massa absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho se tornam mais consideráveis. Como as causas que desenvolvem a força expansiva do capital trazem a disponibilização da força operária, a reserva industrial deve aumentar com as progressões da riqueza."

Em outras palavras, digamos que a superpopulação operária deve aumentar ao mesmo tempo que a riqueza. O que leva já a uma combinação entre o au-

mento da produtividade — do volume dos bens — e o aumento da miséria. O elo intermediário do raciocínio é o aumento do exército de reserva industrial. Retornemos a citação:

"A grandeza relativa do exército industrial de reserva cresce, então, ao mesmo tempo que os recursos da riqueza."

Quanto mais rica, então, for a economia, maior será a superpopulação. Se vivêssemos ainda nos anos 1930, época em que ocorria uma crise geral do capitalismo, com milhões de desempregados, todo mundo acharia essa fórmula absolutamente convincente. Seria vista como uma presciência genial para o que se passava, na medida do desenvolvimento do capitalismo. Hoje, na maioria dos países da Europa ocidental faltam trabalhadores. O aumento da superpopulação relativa, ao mesmo tempo que as riquezas, parece, então, uma proposição menos confirmada pelos acontecimentos. Dito isso, com a prudência que me caracteriza, acrescento que nunca se pode saber o que vai acontecer em 30 anos. Mas guardemos por um instante que essa fórmula de Marx, concernindo ao aumento do exército de reserva industrial à medida que crescem as riquezas, pareceu ora uma antecipação genial, ora uma profecia desmentida pelos acontecimentos.

Voltemos ao texto:

"Mas, quanto mais esse exército de reserva cresce em comparação ao exército ativo do trabalho, mais aumenta a superpopulação consolidada, excedente de população, cuja miséria é inversamente proporcional aos tormentos de seu trabalho. Quanto mais cresce essa camada dos Lázaros da classe assalariada, mais cresce também o pauperismo oficial. É essa a lei absoluta, geral, da acumulação capitalista."

Essa frase, digna de um economista-profeta, foi naturalmente sublinhada por Marx. Vem em seguida uma frase de economista-científico ou prudente, que Marx não acha necessário sublinhar:

"A ação dessa lei, como outra qualquer, naturalmente se modifica por circunstâncias particulares."

É uma citação característica. Estabelecer um contraste entre a lei geral e as circunstâncias particulares é típico de Marx. Mas também de Ricardo. Quando se lêem os principais capítulos de *Princípios de economia política* de Ricardo, vê-se sempre a fórmula geral, que chamaríamos hoje simplesmente de uma fórmula

tendencial, em que se coloca uma lei geral, estando todas as coisas iguais. Em seguida, naturalmente, se acrescenta que essa lei geral se modifica com as circunstâncias.

Continuemos, porque, apesar de tudo, é bastante revelador:

“Compreende-se então toda a tolice da sabedoria econômica que não cessa de pregar aos trabalhadores que adaptem seu número às necessidades do capital. Como se o mecanismo do capital não realizasse continuamente essa combinação desejada, cuja primeira palavra é: criação de uma reserva industrial; e a última: invasão crescente da miséria até as profundezas do exército ativo do trabalho, peso morto do pauperismo.

“A lei segundo a qual uma massa cada vez maior dos elementos constituintes da riqueza pode, graças ao desenvolvimento contínuo dos poderes coletivos do trabalho, ser acionada com um gasto cada vez menor de força humana, essa lei que capacita o homem social a produzir mais com menos trabalho, se inverte no meio capitalista — em que não são os meios de produção que estão a serviço do trabalhador, mas o trabalhador que está a serviço dos meios de produção — como lei contrária, quer dizer, quanto mais o trabalho ganha possibilidades e poder, quanto maior a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de emprego, mais se tornam precárias a condição de existência do assalariado e a venda de sua força. O crescimento das possibilidades materiais e das forças coletivas do trabalho, mais rápido que o da população, se exprime, afinal, em uma fórmula contrária: a população produtiva sempre cresce em proporção mais rápida que a necessidade que tem o capital⁴.”

Gostaria de reexplicar esse parágrafo-chave. Em que consiste a produtividade do trabalho? Uma das formas características do crescimento da produtividade do trabalho vem de que as máquinas de valores cada vez maiores podem ser postas em operação por um número reduzido de trabalhadores. Pode-se também dizer que o trabalho morto cristalizado em máquinas aumenta mais rápido que a necessidade de trabalho vivo para pôr em operação esse trabalho morto. Resulta daí que, permanentemente, produz-se um aumento da superpopulação relativa. Quanto mais a produtividade do trabalho se acresce pelo maquinismo e pela acumulação do capital, isto é, pela acumulação do trabalho morto, mais cresce relativamente a fração da população que não consegue encontrar trabalho.

A idéia central é uma não-compensação perpetuamente renovada. Pode-se subdividir a idéia de Marx em duas: de um lado, a transformação perpétua dos

meios de produção lança no desemprego uma fração da mão-de-obra de tal forma que há permanente reconstituição do exército de reserva industrial; de outro lado, como a relação entre o trabalho morto e o trabalho vivo, ou entre o capital constante e o capital variável, tende a aumentar, um valor crescente de capital constante precisa apenas de um valor decrescente de capital variável para ser posto em valor, existindo uma tendência a longo prazo de aumento do volume relativo da superpopulação. Descobre-se aí um dos mecanismos pelos quais, segundo Marx, um processo de aumento da produtividade do trabalho se estabelece em detrimento dos próprios trabalhadores. É, aliás, perfeitamente exato que o mecanismo descrito por Marx atuou em longos períodos da história, e continua atuando a curto prazo. Todo o mundo admite que num sistema, como o nosso, de empresas múltiplas e de descentralização das decisões econômicas há longos períodos em que a acumulação do capital e a renovação dos meios de produção acarretam uma redução da necessidade de operários no interior de uma empresa. Resulta daí o licenciamento de operários que, até que encontrem outro emprego, vão engrossar o que Marx chama de “exército de reserva industrial”.

Na última aula, passei diretamente da teoria do maquinismo para a teoria do exército de reserva industrial. Saltei intencionalmente os elos intermediários para simplificar e sobretudo para me manter com o exército de reserva industrial e com a análise sociológica de suas diversas formas.

Mas, de fato, há elos intermediários sobre os quais quero dizer agora algumas palavras.

Tomemos um capítulo famoso que se insere na quinta seção do livro I. Trata-se do capítulo XVII, cujo título é “As variações na relação de grandeza entre a mais-valia e o valor da força de trabalho”⁵, que vou tentar analisar tão claramente quanto possível.

O problema é o seguinte: quais são os fatores a considerar na determinação da mais-valia?

Marx parte da seguinte proposição: a mais-valia é fator de três circunstâncias, que são: a duração do trabalho, a intensidade do trabalho e a produtividade do trabalho.

Podemos então considerar sucessivamente três casos particulares. Supomos dados dois desses três fatores e procuramos como a mais-valia varia em razão do terceiro fator.

MAIS-VALIA E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

A hipótese mais interessante, quero dizer, a que mais nos interessa pelos problemas que me coloco é a de número 1. Supomos uma certa duração e uma certa intensidade do trabalho e pesquisamos como varia a mais-valia em razão da produtividade do trabalho. Essa produtividade significa para Marx a quantidade de mercadorias produzidas em uma dada duração de trabalho. Duração e intensidade estão, por hipótese, fixas em determinado nível. Como a mais-valia varia em função da produtividade do trabalho? Vê-se de imediato o interesse da questão. À luz das análises do século XX, o fator decisivo da evolução da economia moderna é o aumento da produtividade do trabalho. Vejamos como varia a mais-valia em função da produtividade do trabalho.

Marx, naturalmente, diz que as três leis que vou indicar foram tiradas de Ricardo. Dado que, para o historiador das idéias, tem uma elevada significação, visto que essas três leis — que são, por assim dizer, as mais pessimistas da economia marxista — são, segundo o próprio Marx, pura e simples transposição em conceitos marxistas das leis estabelecidas por Ricardo.

A lei nº 1 é a seguinte:

“A jornada de trabalho de uma dada grandeza produz sempre o mesmo valor, quaisquer que sejam as variações na produtividade do trabalho⁶.”

Isso significa que é possível, naturalmente, em uma determinada duração, o trabalho produzir duas ou três vezes mais coisas materiais. Mas, como o valor da força de trabalho depende do número de horas necessário para produzir mercadorias, elas próprias necessárias à vida do operário e de sua família, se a produtividade do trabalho aumenta, resulta que o valor da força de trabalho diminui; por conseguinte, pode-se dizer: a jornada de trabalho de uma dada grandeza produz sempre o mesmo valor, quaisquer que sejam as variações na produtividade do trabalho. O que não significa que a jornada de trabalho produza a mesma quantidade de coisas materiais. Trata-se unicamente do valor.

Segunda lei:

“A mais-valia e o valor da força de trabalho variam em sentido inverso. A mais-valia varia no mesmo sentido que a produtividade do trabalho, mas o valor da força de trabalho varia no sentido oposto⁷.”

Quando, então, a produtividade do trabalho aumenta, o valor da força de trabalho diminui. De fato, aumentando a produtividade do trabalho, serão ne-

cessárias menos horas para produzir as mercadorias indispensáveis à vida do operário e de sua família; e o valor da força de trabalho se mede pelo valor das mercadorias necessárias à vida do operário e de sua família. Resulta, então, evidentemente, que, quando a produtividade do trabalho aumenta, o valor da força de trabalho diminui. Vê-se bem por que tal sistema é satânico. Porque, sendo isso verdade, chega-se, por esse raciocínio, à conclusão de que o valor da força de trabalho diminui à medida que aumenta a produtividade. Segundo, porém, todos os raciocínios feitos até o presente, trata-se de uma lei absolutamente convincente e evidente.

Terceira lei:

“O aumento ou diminuição da mais-valia é sempre o efeito, e nunca a causa, da diminuição ou do aumento paralelos do valor da força de trabalho⁸.”

O que significam as expressões aumento ou diminuição da mais-valia? A parte da jornada em que o trabalhador não é pago, isto é, trabalha para o capitalista, aumenta ou diminui. Ora, esse aumento ou diminuição do sobretrabalho é sempre efeito, e nunca causa, do fenômeno primeiro, que é o valor da força de trabalho.

Temos uma jornada de trabalho que é dividida em duas partes; o trabalho necessário e o sobretrabalho. Sobretrabalho e mais-valia são a mesma coisa. Marx considera que o aumento ou diminuição desse sobretrabalho, ou da mais-valia, é sempre o efeito, e nunca a causa, das variações no trabalho necessário. De fato, o trabalho necessário é medido pelo valor da força de trabalho. Como as coisas se trocam por seus valores exatos, há, no ponto de partida, o valor da força de trabalho. Se são necessárias quatro ou cinco horas para produzir as mercadorias indispensáveis à vida do operário e de sua família, sobram outras tantas horas para o sobretrabalho. Dizer que o aumento ou a diminuição do sobretrabalho é fraco significa simplesmente que o primeiro fator determinante é o trabalho necessário, porque, por definição, em nossa análise, partimos do valor da força de trabalho, e é o valor da força de trabalho que mede o trabalho necessário.

Não esqueçamos que essas três leis são válidas supondo fixas a duração e a intensidade. De fato, se nos dermos o direito de aumentar a duração do trabalho, a lei nº 3 não seria mais válida, mas vale para a hipótese primeira, em que a duração e a intensidade do trabalho estão, por hipótese, fixadas em um certo patamar. Encontram-se essas três leis expostas, como acabo de fazê-lo, no capítulo XVII do livro I de *O capital*.

Marx indicou⁹ ter tirado essas três leis de Ricardo, mas acrescenta que Ricardo não viu que essas três leis só valem quando se supõem fixas a extensão da jornada e a intensidade do trabalho. Isto significa que Marx tem a sensação de melhorar Ricardo e refiná-lo, trazendo à baila a extensão da jornada de trabalho e a intensidade, condições necessárias para que as leis sejam válidas e condições essas que o próprio Ricardo não havia reconhecido. Além disso, e como de costume, Marx acrescenta que Ricardo confundiu lucro com mais-valia. Consideremos o seguinte: as leis ricardianas são as mesmas, mas não se trata, para Ricardo, de mais-valia, mas simplesmente de lucro.

MAIS-VALIA E INTENSIDADE DO TRABALHO

O segundo caso é interessante sob outro ponto de vista. Consiste em fixar não mais a duração e a intensidade para seguir as variações da mais-valia com a produtividade, mas fixar a duração e a produtividade para ver como a mais-valia varia em função da intensidade do trabalho.

A resposta de Marx é diferente da precedente. Ele considera que o crescimento da intensidade do trabalho produz não só mais bens materiais como também mais valor. Neste caso, a mais-valia e o valor da força de trabalho podem variar num mesmo sentido, e não em sentidos contrários. O que, naturalmente, chega a estabelecer uma distinção radical do ponto de vista das conseqüências econômicas entre o efeito do aumento da produtividade e o efeito do crescimento da intensidade do trabalho. Porque o crescimento da intensidade do trabalho produz mais valor ao mesmo tempo que mais bens materiais.

Por que Marx estabelece uma diferença entre o efeito da produtividade e o efeito da intensidade? Pode-se dizer que a intensidade, acrescida do trabalho, não passa de uma modalidade do crescimento da produtividade. De fato, a idéia de Marx é a seguinte: o trabalho socialmente necessário que mede o valor é o trabalho social em certo grau de intensidade, porque na redução dos trabalhos qualitativamente diferentes à unidade do trabalho socialmente necessário intervêm também a redução das diversas intensidades do trabalho praticado nas diferentes empresas, com uma média de intensidade. Por conseguinte, se tal empresa impõe uma intensidade suplementar do trabalho — por exemplo, uma aceleração do ritmo do trabalho em cadeia —, ela conseguirá um ganho suplementar não só em bens produzidos, mas em valor. Resulta que essa variação simultânea do valor da mais-valia e do valor da força de trabalho só vale de maneira diferencial. Ou seja,

se todas as empresas impuserem a intensidade do trabalho graças à qual uma empresa conseguiu uma mais-valia suplementar, a partir desse momento o valor suplementar desaparece, porque daí voltamos ao caso em que o crescimento da produtividade diminui o valor da força de trabalho. Em outras palavras, o fator intensidade é apenas um fator diferencial, enquanto o fator produtividade do trabalho, que analisamos no início, é um fator fundamental, de tal maneira que a variação em um mesmo sentido da mais-valia e do valor da força de trabalho, no caso da intensidade, é, no fundo, apenas uma espécie de complicação ou de sutileza suplementar introduzida na análise por Marx, em uma fase de interesses essencialmente científicos, e não modifica a perspectiva geral sobre o sistema.

MAIS-VALIA E DURAÇÃO DO TRABALHO

O terceiro caso é, evidentemente, o mais simples: partimos da produtividade e da intensidade constantes e consideramos as variações da duração. As leis são as seguintes:

"1ª) A jornada de trabalho se realiza, em razão direta de sua duração, em um valor maior ou menor — variável e não constante."

Supondo a produtividade e a intensidade constantes, efetivamente a jornada de trabalho vai produzir maior valor na medida em que for mais longa.

"2ª) Toda variação na relação de grandeza entre a mais-valia e o valor da força de trabalho provém de uma mudança na grandeza absoluta do sobretrabalho e, por conseguinte, da mais-valia."

A terceira lei é um pouco mais complicada.

"3ª) O valor absoluto da força de trabalho muda somente pela reação que o prolongamento do sobretrabalho exerce sobre o grau de desgaste dessa força. O movimento inteiro em seu valor absoluto é um efeito, e nunca a causa, de um movimento na grandeza da mais-valia¹⁰."

Quando se tomam a intensidade e a produtividade como fatores constantes, o que determina o valor produzido em uma jornada de trabalho é, evidentemente, a duração dessa jornada de trabalho. Por outro lado, o que determina a relação entre o trabalho necessário e o sobretrabalho é, como sabemos, o valor da força de trabalho, isto é, a duração prioritária do trabalho necessário. Inversamente, pode-se, é claro, aumentar a mais-valia prolongando a jornada de trabalho: é o que Marx

chama, em outro momento, de mais-valia absoluta: “O valor absoluto da força de trabalho só pode ser modificado pelas repercussões do prolongamento do sobretrabalho sobre o grau de desgaste dessa força”. Essa expressão um tanto horrível quer dizer o seguinte: em princípio, o valor da força de trabalho é o valor das mercadorias necessárias para seu sustento; se prolongada a jornada de trabalho a ponto de desgastar a força de trabalho, isto é, desgastar os homens mais ou menos rapidamente, exerce-se, com isso, uma influência indireta sobre o valor da força de trabalho. É a significação da lei nº 3.

Esses três tipos de lei e esses três casos nos introduzem no modo de raciocínio marxista, que é, aliás, a meu ver, uma excelente introdução para a formação econômica. Para mencionar Schumpeter, autor que cito muito, ainda hoje, ler *O capital* e se exercitar em seu manuseio é um dos melhores métodos de formação dos economistas¹¹, abstraindo-se da questão da verdade ou da falsidade das análises essenciais de Marx.

A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Além desse estudo da mais-valia relativa, há ainda outro elo intermediário entre o maquinismo e o exército de reserva industrial. É o que Marx chama de acumulação do capital, modificação da composição orgânica do capital e concentração do capital. Vocês conhecem o conceito de acumulação do capital. Trata-se do aumento relativo do trabalho morto com relação ao trabalho vivo ou, ainda, do valor crescente dos meios de produção sobre os quais trabalha cada operário.

Do ponto de vista de Marx, há nisso um mecanismo interessante. Por quê? Porque de novo descobrimos a origem de uma ilusão dos capitalistas. O capitalismo, Marx tem toda a consciência, consiste em acumular capital, quer dizer, aumentar o valor dos meios de produção em que trabalha um operário. Mas a partir daí o capitalista vai ser mistificado. Vai acreditar que é o meio de produção que cria a mais-valia e o lucro. Ora, a mais-valia, sabemos, só provém do trabalho vivo, e não do trabalho morto. Mas, precisamente, já que a acumulação do capital multiplica o rendimento material do trabalho, isto é, a produtividade, o capitalista será vítima de uma mistificação. Vai acreditar ser do capital, no sentido material do termo, que sai o sobreproduto ou produto líquido. É a grande ilusão dos capitalistas. Cito uma passagem do capítulo XXIV do livro I de *O capital*:

“É uma propriedade natural do trabalho o fato de, criando novos valores, conservar os antigos. À medida, então, que seus meios de produção aumen-

tam de eficácia, de massa e de valor, quer dizer, à medida que o movimento ascendente de sua potência produtiva acelera a acumulação, o trabalho conserva e eterniza, sob formas sempre renovadas, um antigo valor-capital sempre crescente. Mas, no sistema do salariado, essa faculdade natural do trabalho toma a falsa aparência de uma propriedade que é inerente ao capital e o eterniza; da mesma forma, forças coletivas do trabalho combinado se disfarçam em outras tantas qualidades ocultas do capital, e a apropriação contínua do sobretrabalho pelo capital se torna miraculosa, sempre renascendo de suas virtudes prolíficas¹².”

Esse texto mostra como o tema fundamental marxista volta a todo momento em *O Capital*. Há cada vez mais capital material sobre o qual trabalha o operário. A aparência do capitalismo faz crer que esse capital material é o criador do produto líquido. Mas não: na realidade profunda esse capital material não passa de trabalho morto. É verdade que ele transfere seu valor às mercadorias, mas o faz sem aumentá-lo. O crescimento vem todo do trabalho vivo, quer dizer, dos trabalhadores, e os capitalistas não sabem disso.

É essa a mistificação do regime capitalista. Se quisermos uma definição científica e rigorosa do economista burguês com relação ao economista não burguês, pode-se dizer que o economista burguês é aquele que não crê nessa teoria da mistificação do capitalismo no sentido que Marx apresenta. Ele não sabe que todo o produto líquido é tirado do trabalho vivo, porque não conhece a teoria da mais-valia.

Volto sempre ao mesmo ponto. A chave da filosofia econômica de Marx está aí. Todas as teorias propriamente econômicas são teorias econômicas entre outras. Abandonada a teoria da mais-valia, como tentam fazer alguns marxistas, situamo-nos em uma interpretação do regime capitalista segundo esquemas econômicos que se podem discutir sem fim, mas abandona-se o marxismo de Marx. Uma vez mais, o marxismo de Marx é apenas um dos marxismos possíveis. Ninguém tem direito de propriedade nessa matéria.

Quanto mais há trabalho morto cristalizado em meios de produção ou em máquinas, mais se podem empregar operários em números absolutos. O número de empregos, de fato, depende do volume do capital e, se este aumenta, a quantidade absoluta de operários que podem encontrar trabalho também aumenta. Há, então, nessa acumulação do capital dois efeitos possíveis sobre os salários e sobre a classe operária.

Examinemos a primeira possibilidade: a composição orgânica do capital permanece a mesma; neste caso, o progresso da acumulação tende a aumentar a taxa dos salários.

A chamada composição orgânica do capital é a relação entre o capital constante e o capital variável, entre o trabalho morto e o trabalho vivo. Se essa composição orgânica do capital for considerada constante ou, pelo menos, constante a relação entre o capital constante e o capital variável, quanto mais se acumula capital, mais se podem empregar operários. Resulta, assim, uma variação possível, que é o aumento da taxa dos salários eventualmente acima do valor da força de trabalho em função de uma demanda de trabalho superior à oferta. Se os salários sobem, a mais-valia diminui. A redução da mais-valia leva à diminuição do ritmo da acumulação do capital, e temos aí uma das versões do ciclo capitalista que podem ser encontradas no primeiro livro de *O capital*. O capital se acumula rapidamente, a composição orgânica não muda de imediato, a demanda de trabalho, por isso, aumenta, assim como a taxa dos salários, e a mais-valia diminui, daí então a acumulação se enfraquece e aí temos um ciclo: expansão rápida com alta dos salários; depois da diminuição da mais-valia, enfraquecimento da acumulação e movimento no sentido contrário.

Mas o fenômeno mais geral não é a acumulação do capital com manutenção da composição orgânica, mas a modificação da composição orgânica. Marx emprega três conceitos: composição técnica, composição valor e composição orgânica.

A composição técnica do capital é definida pela relação entre os diferentes meios de produção, trabalho e máquinas, em função das exigências de uma técnica determinada. A composição técnica do capital varia em todos os regimes econômicos, quaisquer que sejam em nossa época, precisamente porque é determinada por fatores técnicos independentes da natureza do regime econômico considerado.

A composição valor é a relação de valor entre os diferentes elementos que entram no capital.

A composição orgânica é a resultante da composição valor e da composição técnica e concerne essencialmente à relação entre o que produzirá mais-valia e o que não produzirá, ou, ainda, a relação entre o trabalho morto e o trabalho vivo.

O último elemento a se acrescentar à noção de acumulação do capital é a concentração. Marx considerava que a produção em grandes unidades era mais eficaz que a composição em pequenas. Como o regime capitalista não comporta

planos, mas uma concorrência constante entre as unidades de produção, essa concorrência deveria levar a uma eliminação progressiva das empresas menos rentáveis, quer dizer, das pequenas empresas, e a acumulação deveria então ser acompanhada por um processo de concentração e de centralização.

Aí está, me parece, o essencial das idéias do livro primeiro, com uma só lacuna importante e intencional, que é o capítulo dedicado à acumulação primitiva. Deixo de lado esse capítulo, de que falarei mais tarde, porque coloca outros problemas. Na análise que conduzi até aqui, esforcei-me para manter a concepção que Marx tinha do funcionamento do regime capitalista. Por sua vez, a teoria da acumulação primitiva se destina a explicar a formação histórica do regime capitalista. Pois, é claro, a condição necessária para que haja um regime capitalista é que haja capitalistas. Para haver capitalistas é preciso que um certo número de indivíduos possua capital, com ajuda do qual se compram meios de produção e, particularmente, a força de trabalho dos operários. O sistema que descrevi só pode funcionar a partir de uma situação histórica em que existam capitalistas. O problema de saber como se criaram esses capitalistas é o da origem do regime. Do ponto de vista filosófico e sociológico, isso coloca, no pensamento marxista, problemas diferentes dos que coloca a análise do próprio capitalismo, porque é possível que a origem do capitalismo se explique parcialmente pela violência. Não é necessário haver propriamente uma lei econômica de formação do regime capitalista. A questão permanece aberta: deixemo-la de lado até que eu possa retomar de maneira mais global o problema das relações entre a interpretação histórica de Marx e sua teoria econômica. Porque o problema da acumulação primitiva remete a essa questão filosófica geral de que trataremos mais tarde.

OS LIVROS II E III DE *O CAPITAL*

Podemos agora dizer algumas palavras sobre os livros II e III de *O capital*. Com isso, mudo de método e tentarei seguir um pouco mais rápido, pela seguinte razão: o primeiro livro de *O capital* foi escrito pelo próprio Marx, é uma obra terminada, enquanto os livros II e III são rascunhos. Rascunhos escritos por Marx em diferentes períodos, que Engels editou e publicou após a morte de Marx.

Por que Marx não terminou *O capital*? Por que nunca conseguiu chegar até o fim? Não acho que houvesse dificuldades insuperáveis para que Marx chegasse até o fim do segundo e do terceiro livros. Mas para ele era difícil, porque devia passar do mundo do valor, em que estivemos até o presente, para o mundo dife-

rente dos preços. Era preciso, para terminar o trabalho começado, sair de uma análise relativamente simples, a partir do momento em que se aceitavam as duas ou três hipóteses de base, para passar à análise do que efetivamente ocorre aos olhos dos capitalistas. Isso quer dizer que era preciso, após a teoria do valor, fazer a teoria dos preços; após a análise da realidade, fazer a análise das aparências. Pois bem, a passagem da realidade para as aparências apresenta dificuldades que já veremos. Considero, no entanto, que essas dificuldades não eram insuperáveis e que a razão muito humana e no fundo bastante patética pela qual Marx não pôde terminar *O capital* é que ele viveu em condições materiais pavorosas, que sua saúde estava arruinada pelo trabalho e pelas privações, e que nos 15 últimos anos de sua vida ele continuou a trabalhar com a mesma voracidade do passado, mas não pôde despende o esforço que seria necessário para pôr às claras os livros II e III. Como para todos os grandes homens, houve um momento em que a capacidade criadora estava simplesmente desgastada pela, digamos em termos marxistas, dureza do trabalho.

Quais os problemas principais tratados nos livros II e III de *O capital*?

O problema do livro III, que veremos mais tarde, é o da passagem do valor para o preço. Limitemo-nos, hoje, aos do livro II.

O SEGUNDO LIVRO E AS METAMORFOSES DO CAPITAL

No primeiro livro de *O capital*, raciocinamos quase que exclusivamente em termos de valor e, naturalmente, fizemos alusão às formas concretas diferentes que toma o valor. A análise de Marx era centrada nas relações dos valores e na distinção fundamental das duas formas do valor, capital constante e capital variável. Bem, de fato, como admite Marx, o capital se apresenta concretamente sob formas outras que essas duas noções de capital constante e de capital variável. O capital de um capitalista pode ser dinheiro, podendo esse dinheiro ser ouro, papel-moeda, títulos de crédito. Assim, então, uma primeira forma do capital é o capital-dinheiro. Uma segunda é o capital-máquina. Uma terceira é o capital-dinheiro transformado em salários, isto é, em capital variável ou capital necessário para a compra da força de trabalho dos operários. Na quarta forma, enfim, há o capital-mercadoria. Pois o que sai das fábricas Renault são automóveis, e esses automóveis, enquanto não forem vendidos, pertencem aos capitalistas e são capital-mercadoria. Pode-se, de certa maneira, dizer que o ciclo das metamorfoses do capital é a passagem do capital-dinheiro para o re-capital-dinheiro, através do ciclo

das metamorfoses em capital-máquina, em capital variável, em capital mercadoria, para voltar ao capital-dinheiro. O que nos remete à fórmula já explicada: dinheiro → mercadorias → dinheiro (acrescido).

Ou seja, a relação dinheiro → mercadorias → dinheiro com um excedente é o ciclo mais simples.

O ciclo completo seria capital → dinheiro, depois capital-máquina → salários → mercadorias e depois, de novo, dinheiro, mas em maior volume que no início.

O capitalista não vê malícia nessas metamorfoses do capital. Para ele, trata-se de partir do dinheiro e chegar a um pouco mais. Se for um capitalista comerciante, vai comprar mercadorias a um certo preço, para revender a preço superior e obter um excedente. Tudo se passa normalmente. Por que, aos olhos de Marx, ele se engana? Sempre pela mesma razão: mistifica-se por não saber que todo produto líquido, toda mais-valia vem de um momento único, que é o capital salário. O problema que interessa a Marx é que nessas metamorfoses do capital só há um momento produtor de mais-valia: o da transformação do capital-dinheiro em capital variável, quer dizer, em salário. Como resultado, uma série de problemas particulares vai se colocar para Marx. Problemas mais ou menos complicados, já que vai precisar passar da realidade, em que todo o produto líquido ou toda a mais-valia vem de um momento do ciclo, para a aparência, em que em todos os momentos desse ciclo as pessoas compram para revender mais caro. Este é o primeiro aspecto do problema. Marx fica obrigado a seguir as metamorfoses do capital porque, em seu sistema, toda a mais-valia tem como origem um momento único dessas metamorfoses, e não os outros.

O PROBLEMA DO TEMPO

Marx encontra, e não poderia deixar de encontrar, outro problema fundamental em economia política, que é o problema do tempo. De fato, o ciclo do capital, ou o ciclo das metamorfoses, vai do capital-dinheiro ao capital-dinheiro com suplemento. Mas uma questão se coloca, a de saber de quanto tempo precisa o capital, segundo essas formas, para voltar ao ponto de partida com um excedente. Os economistas sempre se interrogaram quanto a isso, pois o direito de dispor do capital, ou o direito de dispor de um capital durante um certo tempo, sempre se chamou juro, e o juro é uma das categorias fundamentais da economia política. Para Marx, entretanto, o juro não é uma categoria fundamental. O juro do dinheiro é apenas uma das formas da mais-valia. O juro é apenas uma das categorias em que se

subdivide a massa global da mais-valia, daí um certo número de problemas, que Marx vai precisar tratar no livro II e no livro III.

Nessas metamorfoses do capital, outra noção vai intervir, e virá de novo complicar as coisas. Até o presente nós distinguimos o capital constante do capital variável; esta distinção é fundamental, pois o capital constante se reproduz sem acréscimo e o capital variável é produtor de mais-valia; mas no capital constante ou no conjunto dos capitais há outra distinção que salta aos olhos e que era classicamente realçada pelos economistas do tempo de Marx: a distinção entre capital fixo e capital circulante. O capital fixo é, por exemplo, o prédio da fábrica em que trabalham os operários. Por outro lado, são capital fixo também as máquinas em que eles trabalham. Há um capital fisicamente imóvel e um segundo tipo de capital fisicamente móvel, como a matéria-prima transformada. No processo de produção, uma parte do capital constante toma a forma de um capital fixo e outra, a forma de um capital circulante. A distinção entre capital fixo e capital circulante deve ser cuidadosamente separada da distinção entre capital constante e capital variável. Marx tinha particular orgulho de sua separação entre essas duas distinções, porque os economistas de seu tempo tinham tendência a não fazê-la. Pois bem, para Marx há uma oposição fundamental, pois, em um caso, se trata da distinção entre o capital que se reproduz e o capital que produz um sobreproduto e, no outro caso, de uma distinção entre as formas ou as metamorfoses do capital, quer dizer, o capital-valor se encarna em realidades distintas, umas fixas, imutáveis, no chão, enquanto outras circulam com as mercadorias. A matéria-prima se encontra, ou melhor, circula junto com a mercadoria.

Mas isso não é tudo. Basta pensar um pouco para ver que outro aspecto do problema temporal não podia deixar de impressionar Marx: no capital constante (tudo que não é salário) há elementos que transmitem à mercadoria de uma só vez a totalidade de seu valor. Por exemplo, o carvão consumido, para fazer funcionar a fábrica, transmite de uma vez para a mercadoria a totalidade de seu valor. Ele desaparece no ato de produção e, como o de todas as outras matérias-primas, seu valor é todo transmitido à mercadoria. Por outro lado, considere-se a máquina e será preciso admitir que sua utilização para a produção só transmite a uma dada mercadoria uma fração de valor, porque a máquina pode servir por um número x de meses ou de anos.

Em outras palavras, deve-se acrescentar à distinção entre capital fixo e capital circulante aquela entre capital constante e capital variável e, em seguida, passando

dos valores aos preços, levar em consideração o tempo diferente que toma um certo valor de capital para se transmitir às mercadorias.

Suponhamos que uma máquina sirva durante dez anos, transmitindo às mercadorias uma fração de seu valor, que será a cada ano um décimo de seu valor global. Dividamos por 250 dias de trabalho e teremos o valor transmitido por dia de trabalho. Temos, então, uma transmissão em tempo longo. Mas nunca sabemos com certeza se a máquina que pode servir dez anos servirá apenas cinco ou dez, porque, em razão da transformação incessante dos meios de produção, pode haver uma desvalorização do capital-máquina pelo fato de meios de produção mais aperfeiçoados tornarem proibitiva a atividade de um capital-máquina anterior.

Quando se passa das abstrações do livro primeiro de *O capital* para as fórmulas mais concretas do livro II, complicações consideráveis aparecem, em virtude da diversidade das formas que toma o capital e também da desigualdade do tempo que gasta o capital para ir da forma inicial dinheiro à forma final dinheiro, passando pelas diferentes metamorfoses. Em outras palavras, o tempo de circulação do capital, segundo seus elementos, é desigual e exerce sua influência sobre a massa da mais-valia que a parte capital constante permite acumular.

Há um terceiro aspecto das relações entre as formas do capital, tratado no livro II de *O capital*. Trata-se da relação entre os dois setores principais de uma economia. O primeiro é aquele que produz meios de produção. Ele compreende um capital constante (C_1), mais um capital variável (V_1), mais uma mais-valia (P_1).

O segundo setor, o dos bens de consumo, será composto da mesma maneira: capital constante, capital variável e mais-valia.

A partir dessa distinção, surge uma série de problemas reais ou fictícios que desenvolverei ulteriormente.

O capital variável (em salários) corresponde na quase totalidade a bens de consumo, pois os assalariados utilizam seus salários para comprar bens de consumo. Por outro lado, o capital constante do segundo setor se compõe de máquinas. Assim, no sistema marxista, devem-se produzir trocas entre o setor dos meios de produção e o dos bens de consumo. Um dos problemas que os marxistas se colocaram foi saber em quais condições o sistema pode funcionar. Ou seja, em quais condições as trocas entre os dois setores se dão conforme as exigências do equilíbrio. A relação do primeiro setor com o segundo deu origem a uma teoria moderna do imperialismo, de Rosa Luxemburgo¹³. Ela descobriu que as coisas não podiam funcionar tão simplesmente quanto pareciam e que o capitalismo

necessitava de mercados externos para jogar o excedente dos bens de consumo. Lenin¹⁴ respondeu que era absurdo, que podiam muito bem funcionar. A discussão se prolonga até hoje. Há resquícios disso em *Recherches dialectiques* de Lucien Goldmann¹⁵, que considera a descoberta da economia teórica de Rosa Luxemburgo a maior de nossa época. Falarei desta questão mais tarde.

TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO NÃO PRODUTIVO

Retomemos agora as questões colocadas pela distinção entre capital fixo e capital circulante. Sabemos que, enquanto capital-valor, todo capital circula. Isso quer dizer que o valor do capital-máquina se transmite à mercadoria e o valor do capital-máquina circula com a mercadoria. É então enquanto capital produtivo, no sentido material do termo, que uma fração do capital não circula e outra circula. Por outro lado, sabemos também que há um problema temporal, o da rapidez maior ou menor com que um certo capital transmite seu valor às mercadorias. Falta tratar um problema decisivo.

Nos ciclos de metamorfose do capital, um só momento é criador de mais-valia: o do trabalho na fábrica. É o momento em que o capital constante, máquinas e matérias-primas, é posto em movimento pelo capital variável, valor da força de trabalho do operário. Resulta que as fases ulteriores das metamorfoses são estéreis do ponto de vista da mais-valia, como a da mercadoria que circula, no sentido puramente físico: o produtor entrega a um atacadista, o atacadista fornece a um varejista, o varejista finalmente vende sua mercadoria a um consumidor (algumas vezes o consumidor se encontra no estrangeiro: terá havido exportação). Há então um duplo sentido em circulação: a circulação do valor encarnado na mercadoria e a circulação no sentido físico do termo. Em ambos os casos, esses processos tomam tempo e não são criadores de mais-valia.

Chegamos ao ponto fundamental de Marx, o qual, me parece, resulta da combinação de duas idéias diferentes. Abro antes um parêntese para insistir em um ponto. Os que conhecem um pouco de economia moderna sabem que a teoria do produto nacional não é a mesma nos países soviéticos e nos países ocidentais. A origem dessa diferença nas concepções do produto nacional está no que vou explicar, isto é, na noção do trabalho produtivo e do trabalho não produtivo.

Essa oposição entre trabalho produtivo e trabalho não produtivo tem em Marx um duplo sentido, me parece. Vou levar minha interpretação com prudência, pois se trata da interpretação dos livros II e III, e tal exercício está sempre sujeito a caução.

O trabalho industrial é produtivo enquanto é produtor de mais-valia. O capital variável que representa os salários é a única origem da mais-valia. Desse princípio decorre um primeiro sentido do caráter produtivo do trabalho. O trabalho produtivo gera mais-valia, em oposição ao trabalho não produtivo que não gera.

Mas um segundo sentido se acrescenta: o trabalho comercial não é verdadeiro trabalho porque, se considerarmos uma grande loja, constatamos que ela não produz bens no sentido material do termo. É uma empresa que, em uma economia burguesa e capitalista, foi constituída inicialmente com um capital-dinheiro, sem máquinas, mas com um imóvel. Trabalha nela um grande número de assalariados, e as mercadorias são compradas fora. A venda permite que se recupere o dinheiro.

É possível, no sistema marxista, considerar que o trabalho de distribuição, em que a circulação das mercadorias é um trabalho no mesmo sentido que o trabalho em uma fábrica, gere mais-valia a partir do momento em que o capitalista, que tem um capital constante e um capital variável, faz trabalhar os assalariados. No entanto, parece-me claro que, para Marx, existe uma diferença de natureza entre o trabalho no sentido industrial do termo e os diferentes tipos de trabalho tornados necessários pela circulação das mercadorias. Só o trabalho industrial, a seu ver, é produtivo no sentido estrito, porque só o trabalho industrial é produtor de mais-valia.

Parece-me que as duas idéias são necessárias para dar conta da maneira de pensar marxista: de um lado, deve-se manter como conceito maior o conceito de trabalho no sentido do esforço humano aplicado sobre realidades materiais; e deve-se, em segundo lugar, guardar no espírito a noção de que só o capital variável é produtor de mais-valia. Combinadas essas duas idéias, têm-se, acho, as teses essenciais a partir das quais Marx encontra toda uma série de problemas e de dificuldades que lhe são amplamente criados por seu sistema conceitual.

Como toda mais-valia vem do momento do trabalho industrial, e como a circulação do capital toma um tempo diferente segundo os setores, haverá enormes diferenças entre as taxas de lucro se elas corresponderem às taxas de mais-valia. No entanto, é preciso que tudo isso se iguale. É o que nos leva ao que Marx chama de "giro do capital", que nada é senão o conjunto dos ciclos de metamorfose ou, ainda, o tempo necessário para a passagem do capital-dinheiro inicial ao capital-dinheiro final.

O GIRO DO CAPITAL E A MAIS-VALIA

Fico obrigado a introduzir uma série de conceitos novos, utilizados por Marx.

Primeiro, a noção de período de trabalho. Marx dá esse nome ao tempo de trabalho necessário em uma empresa qualquer para ir dos meios de produção postos à disposição do operário até os produtos acabados. Uma das complicações de uma economia capitalista moderna é que os períodos de trabalho são extremamente diferentes, de acordo com os setores. Para utilizar os mesmos exemplos que Marx, se tomarmos o fio simples de lã, são necessárias algumas horas, alguns dias ou no máximo algumas semanas para se passar do estado inicial ao estado final, enquanto o período de trabalho despendido na fabricação de uma locomotiva se conta por meses. Há então uma desigualdade considerável nos períodos de trabalho, de acordo com os setores industriais.

Por outro lado, o período de trabalho não se confunde com o que Marx chama de "tempo de produção", conceito mais geral. A diferença entre o "período de trabalho" e o "tempo de produção" aparece claramente quando se refere à agricultura. É preciso um certo período de trabalho para adequar o solo a produzir colheitas. Uma vez terminado esse período de trabalho, é preciso, como dizia Bergson, esperar. Esperar a primavera seguinte e a colheita. Se são florestas que se plantam, por exemplo, e se há necessidade de lenha, constata-se que o período de trabalho não equivale ao tempo de produção. Bergson dizia ser preciso "esperar o açúcar fundir"¹⁶, Marx teria dito "esperar surgir o trigo". Nos dois casos, temos uma idéia tão pertinente quanto simples. Além do tempo necessário para o trabalho, há uma duração ou um tempo necessário ao desenvolvimento do esforço exercido pelo trabalho humano. O tempo de produção não está simplesmente em função do período de trabalho, mas também de circunstâncias naturais.

O que Marx denomina "o tempo de giro do capital"? É o tempo igual à soma de seu tempo de produção e de seu tempo de circulação.

Por que Marx se interessa tanto por esse problema do tempo de giro e da relação com o tempo de produção e com o tempo de circulação? Conhecemos bem sua causa profunda. Os tempos de produção são muito diferentes de um setor a outro. Os tempos de circulação também variam de acordo com os setores. Os tempos de circulação mudam muito segundo a necessidade de se enviar a mercadoria para o outro lado do mundo ou de vendê-la imediatamente. Pois bem, a mais-valia é toda tirada do momento produtivo e, por outro lado, a quantidade de capital que se deve adiantar para fazer funcionar determinada empresa em de-

terminado setor não depende simplesmente da importância da mercadoria considerada, mas, manifestamente, do tempo de produção e do tempo de circulação. O que significa que, se a mercadoria levar um ou dois anos para ser terminada, se, por outro lado, meses e meses se passarem necessariamente entre o término da mercadoria e o término do ciclo, isto é, entre a venda da mercadoria e o retorno do dinheiro, será preciso, segundo os setores, adiantar volumes de capital extremamente diversos. Quanto mais longos forem o tempo de produção e o tempo de circulação, maior será o adiantamento de capital necessário. Quanto maior for o tempo necessário para chegar ao fim do ciclo de metamorfose do capital, maior será o adiantamento necessário de capital. Como toda a mais-valia é extraída do momento produtivo, isso indicaria que, quanto mais complicados forem os desvios de produção e maior a circulação das mercadorias, menor será a mais-valia em relação ao capital investido. Pois a mais-valia é obtida em cima do momento produtivo e o capital a ser adiantado aumenta à medida que a produção e circulação são mais complicadas. Pois bem, a produção e a circulação complicadas são características da economia moderna e do capitalismo avançado. Quanto mais se avança na industrialização, mais os tempos de produção podem vir a ser longos. Quanto mais as mercadorias forem complicadas de produzir e de distribuir, mais, conseqüentemente, será preciso investir capitais. De novo se chega ao fato de que, sendo a mais-valia, na interpretação marxista, tirada do ciclo produtivo, há contradição entre o que se deveria passar e o que se passa, contradição entre a aparência e a realidade. Visto que, quando o tempo de circulação é longo, é preciso adiantar mais capital, que toda a mais-valia será extraída do momento produtivo, parece que a relação da mais-valia com o capital investido será mais fraca que nos ciclos de metamorfose do capital, em que as coisas vão mais rápido. Considerando-se a relação entre a mais-valia que é tirada desse ciclo e o capital investido, percebe-se que a mais-valia é tirada unicamente de um ponto, e maior será o capital na medida em que o tempo de produção será maior e que o tempo de circulação será mais longo. Tem-se um tempo longo de produção e de circulação, para uma mesma quantidade de mais-valia, sempre. E se terá um capital-dinheiro adiantado que será maior. Aparentemente, o lucro será menor, ou a relação entre a mais-valia e o total do capital investido será mais fraca.

É o que atrapalha Marx, pois é claro que ele se dava conta de que, aparentemente, as coisas não se passavam assim. Ele constatava que, de fato, era preciso adiantar maior capital quando o tempo de produção ou de circulação era maior, que, por outro lado, a mais-valia não se modificava com o tempo de circulação, visto que não se tira mais-valia da circulação e que, então, nos setores em que é preciso

maior avanço de capital, a relação aparente entre a mais-valia e o capital investido seria mais fraca. Isso significa que haverá uma diferença entre a taxa de mais-valia a cada momento do processo de produção e a taxa anual de mais-valia de um capital considerado.

Notas do capítulo XI

1. J. Robinson, *An essay, op. cit.*, reed. 1966, em particular o capítulo III. Ver nota 6 do capítulo IX.
2. A contabilidade nacional, a partir de um de seus principais fundadores, John R. Stone (prêmio Nobel de 1984), define o *valor adicionado* como igual à diferença entre o valor da produção e o valor dos bens e dos serviços que são destruídos ou transformados no decorrer do processo de produção. O produto interno bruto é a soma dos valores adicionados pelos agentes produtores. Esse conceito permite medir a produção de uma empresa ou de uma coletividade sem contar duas vezes o valor dos bens produzidos por um produtor e utilizados por outro no processo de produção.
3. Raymond Aron alude à principal obra de Jean Fourastié até essa época, *Le grand espoir du XX^e siècle*, Paris, PUF, 1949, edição revista e definitiva, Gallimard, "Tel", 1989.
4. Karl Marx, *Le capital. Critique de l'économie politique. Livre premier*, III, *op. cit.* (1950), p. 87.
5. Karl Marx, *Le capital. Critique de l'économie politique. Livre premier, op. cit.*, 1948, pp. 192-201.
6. *Ibid.*, p. 192.
7. *Ibid.*, p. 193.
8. *Ibid.*, p. 194.
9. *Ibid.*, p. 195.
10. *Ibid.*, p. 197.
11. Joseph Schumpeter, *Esquisse d'une histoire de la science économique des origines jusqu'au début du XX^e siècle*, trad. fr. de Georges-Henri Bousquet (de "Epochen der Dogmen- und Methodengeschichte", a contribuição de Schumpeter no grande tratado coletivo, Max Weber (hrsg) *Gundriss der Sozialökonomik, I, Wirtschaft und Wirtschaftswissenschaft*, Tübingen, J. C. B. Mohr, 1914, pp. 19-124), Paris, Dalloz, 1962, pp. 130 e seguintes, nota 1. Ver, também, J.A. Schumpeter, *Capitalisme, op. cit.*, 1^a parte.
12. Marx, *Le capital. Livre premier*, III, *op. cit.*, p. 47.
13. Rosa Luxemburgo, *Die Akkumulation des Kapitals. Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus* [A acumulação do capital. Contribuição para a explicação econômica do imperialismo], Berlim, Singer, 1913, reed. Leipzig, Francke, 1921; trad. fr. de Marcel Ollivier: *L'Accumulation du capital. Contribution à l'explication économique de l'imperialisme*, Paris, Librairie du Travail, "Histoire et Éducation prolétariennes 8", 1935, reed. Maspero, 1970.
14. Vladimir I. Lenin, *O imperialismo, estágio supremo do capitalismo* [em russo], escrito de janeiro a junho de 1916, publicado como brochura em Petrogrado em 1917.
15. Lucien Goldmann, *Recherches dialectiques* [Pesquisas dialéticas], Paris, Gallimard, 1959, p. 94.
16. "Esse pequeno detalhe está cheio de ensinamentos. Pois o tempo que tenho de esperar não é mais o tempo matemático que bem se aplicaria ao longo de toda a história do mundo material, mesmo que ela se estendesse de repente no espaço. Ele coincide com minha impaciência, quer dizer, com uma certa porção de minha duração pessoal, que não se alonga e se retrai à vontade. Não é mais o pensado, é o vivido. Não é mais uma relação, é o absoluto" (Henri Bergson, *L'évolution créatrice*, Paris, Alcan, 1907, p. 10, reproduzido em H. Bergson, *Œuvres*, edição do centenário, Paris, PUF, 1959, p. 502).